



ACÓRDÃO Nº 1086/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11389/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas – FUPEAM.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Pedro Florencio Filho (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5627/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas - FUPEAM. Exercício de 2016.

Irregularidade. Revelia. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas - FUPEAM**, referente ao exercício de 2016, sob a responsabilidade do **Sr. Pedro Florencio Filho**, nos termos do art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão da falha exposta na fundamentação do Voto;
- 10.2. **Considerar revel** o **Sr. Pedro Florencio Filho**, Gestor do FUPEAM, exercício de 2016, atinente à impropriedade arguida pelo membro do *Parquet* de Contas no tocante ao saldo no valor de **R\$ 44.784.444,44** (quarenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), proveniente do Fundo Penitenciário Nacional, o qual permaneceu sem a devida utilização e aplicação na forma da lei, restando, pois, ausente, manifestação válida e regular no presente feito, com fulcro no art. 20, §



ACÓRDÃO Nº 1086/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

4º, da Lei n.º 2.423/1996 c/c art. 88, da Resolução n.º 04/2002 – TCE/AM;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Pedro Florencio Filho, no valor de R\$ 13.654,39, (treze mil, seiscientos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 4/2018 – TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária, referente à falta de boa gestão e de destinação adequada dos recursos do fundo estadual na forma preconizada pela Lei Complementar n.º 79/1994, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral